



Revista Diálogo Educacional

ISSN: 1518-3483

dialogo.educacional@pucpr.br

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Brasil

de Alencar Arnaut de Toledo, Cezar; Gomes, Jarbas Mauricio
Antonio Gramsci e a organização da escola italiana (1922-1932)
Revista Diálogo Educacional, vol. 13, núm. 40, septiembre-diciembre, 2013, pp. 1105-1120
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189129169015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Antonio Gramsci e a organização da escola italiana (1922-1932)¹

Antonio Gramsci and the organization of the italian school (1922-1932)

Cezar de Alencar Arnaut de Toledo^[a], Jarbas Mauricio Gomes^[b]

^[a] Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR - Brasil, e-mail: caatoledo@uem.br

^[b] Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR - Brasil, e-mail: jarbasmauricio@gmail.com

Resumo

Este texto analisa o pensamento educacional de Antonio Gramsci (1891-1937) sobre a organização escolar italiana entre os anos de 1922 e 1932, contextualiza historicamente as análises gramscianas e demarca o amadurecimento de suas ideias apresentadas nos *Quaderni del carcere*. Gramsci analisou a reforma educacional do Estado fascista, conhecida como Reforma Gentile (1922-1923), e apontou que ela se voltava à manutenção dos privilégios culturais de um grupo sobre os demais, impedindo o acesso dos subalternos à universidade e à cultura humanista. Promovida por Giovanni Gentile (1875-1944)

¹ Trabalho apresentado na XIX Semana de Pedagogia e VI Encontro de Pesquisa em Educação na Universidade Estadual de Maringá (UEM), realizados entre 16 e 19 de outubro de 2012, em Maringá (PR).

e Giuseppe Lombardo-Radice (1879-1938), a organização escolar italiana era tida como democrática, pois ampliava a oferta do Ensino Profissionalizante e permitia o ingresso dos subalternos no mercado de trabalho. No Caderno 12, Gramsci (2007) criticou a organização escolar italiana e seu caráter aparentemente democrático e propôs a criação de uma escola única, formadora da cultura geral, humanista, filosófica e desinteressada na formação imediata do trabalhador.

Palavras-chave: Educação. Antonio Gramsci. Reforma Gentile. *Quaderni del carcere*. Século XX.

Abstract

This paper analyzes the educational thought of Antonio Gramsci (1891-1937) about the Italian school organization between the years 1922 and 1932 and historically contextualizes the gramscian analysis and marks the ripening of his ideas presented in Quaderni del Carcere. Gramsci analyzed the educational reform of the fascist State, known as 'Gentile Reform' (1922-1923) and pointed out that it was returned to the maintenance of cultural privileges of one group over the other, preventing the access of the subalterns to the university and the humanistic culture. Promoted by Giovanni Gentile (1875-1944) and Giuseppe Lombardo-Radice (1879-1938), the Italian school organization was regarded as democratic, because it extended the offer of vocational education and allowed the entry of the subalterns in the job market. In Notebook 12, Gramsci (2007) criticized the Italian school organization and its seemingly democratic character and proposed the creation of a single school, forming the general culture, humanistic, philosophical, and disinterested in the immediate formation of the worker.

Keywords: Education. Antonio Gramsci. Gentile Reform. *Quaderni del carcere*. 20th century.

Introdução

O presente texto é uma análise do pensamento educacional de Antonio Gramsci (1891-1937) e toma como objeto de estudo as

notas sobre a organização da escola apresentadas nos *Cadernos do cárcere*² (GRAMSCI, 2007), sendo o objetivo do trabalho analisar sua crítica à organização escolar decorrente da reforma educacional do Estado fascista ocorrida nos anos de 1922 e 1923. Conhecida como Reforma Gentile, a reforma educacional fascista foi promovida por Giovanni Gentile (1875-1944) e Giuseppe Lombardo-Radice (1879-1938) e teve como fim organizar o sistema educacional italiano para atender aos anseios do grupo hegemônico, a classe burguesa.

Tomam-se como ponto de partida as *Observações sobre a escola: para a investigação do princípio educativo*, redigidas por Gramsci entre 1930 e 1932 e apresentadas inicialmente no QC 4, § 55. As observações foram retomadas por ele e apresentadas no QC 12, § 2, que, redigido em 1932, foi dedicado aos *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. Assim, este trabalho caracteriza-se como uma leitura exploratória e crítica dos *Cadernos do cárcere*, a partir da *Edizione Critica dell'Istituto Gramsci a cura de Valentino Gerratana*, de 2007.

Fundamentado no método genético-evolutivo de leitura, o trabalho analisa a evolução das ideias de Gramsci pela contextualização histórica e análise da gênese de seus argumentos pela confrontação das diferentes redações dos textos apresentados nos QC, dado que a redação das notas dos cadernos foi desenvolvida em duas etapas. A primeira foi constituída em sua maior parte por notas miscelâneas que foram completando os nove primeiros cadernos. Quando iniciou a redação do QC 10, em 1932, Gramsci pôs em prática a proposta de retomar as notas miscelâneas e reagrupá-las em cadernos especiais dedicados a uma única temática. Este é o caso do QC 12, dedicado aos intelectuais e à organização da cultura, no qual retomou algumas notas previamente elaboradas no QC 4 e que, ao

² As citações diretas dos *Cadernos do Cárcere* serão apresentadas com tradução livre do italiano para o português a partir da *Edizione Critica dell'Istituto Gramsci*, organizada por Valentino Gerratana e publicada pela primeira vez em 1975. A edição utilizada no presente artigo é de 2007. As menções à *Edizione Critica* seguirão a tradição dos estudos gramscianos, sendo apresentadas pela abreviatura QC, indicando-se, conforme a necessidade, o caderno, o parágrafo e a página em que o texto encontra-se. Por exemplo: QC 12, § 1, p. 1513.

serem reformuladas e reapresentadas, se tornaram um dos principais referenciais para as discussões sobre a educação no pensamento de Gramsci.

Considerações teórico-metodológicas para a leitura dos *Cadernos do cárcere*

Antonio Gramsci foi um intelectual que desde cedo se engajou no movimento operário, participou ativamente da redação de jornais de partido (1915-1926) e, comprometido com o movimento socialista, fez crítica à positivação do marxismo operada pelos seus pares. Com uma crítica à estratégia política dos socialistas, participou da fundação do Partido Comunista Italiano (PCI), destacando-se pela elaboração de uma estratégia política para a revolução proletária na Itália e na Europa (GERRATANA, 2007a).

Quando o fascismo alcançou o poder no início da década de 1920, Gramsci mostrou-se um grande opositor dessa política e, em 1926, após um obscuro atentado à vida de Mussolini, junto a outros comunistas, foi aprisionado. Na prisão, produziu uma reflexão teórica registrada em 29 cadernos, nos quais analisou os elementos que interferiam nos rumos da revolução proletária na Itália, como o desenvolvimento das forças produtivas, a organização política e econômica do Estado burguês e a formação cultural dos subalternos (GERRATANA, 2007a; MORDENTI, 1996)³. Os QC são uma obra incomum e, portanto, não podem ser tomados como um texto composto por um raciocínio linear e acabado. Eles foram redigidos em um ritmo próprio, repleto de rupturas em sua estrutura, de modo que a sequência textual forma um grande mosaico que deve ser montado pelo leitor. Ainda que as notas de Gramsci não tenham uma fluidez, elas

³ Subalternos ou grupos subalternos são conceitos utilizados por Gramsci para expressar uma condição de vida em uma relação de hegemonia, na qual a maioria submete-se à direção político-econômica de uma minoria. Embora substitua a ideia de classe pela de grupos, elas não são apenas sinônimas para burlar a censura; Gramsci dedicou o QC 25 à história dos subalternos, apresentando-os como um grupo desagregado.

possuem uma unidade teórica marcada pela análise materialista da história (BARATTA, 2004; MORDENTI, 1996).

O pensamento de Gramsci tem sido objeto de estudo em diferentes áreas das ciências sociais e humanas. O valor teórico de seus escritos propicia análises e aplicações de seu pensamento na educação, direito, relações internacionais, ciência política, serviço social e, até mesmo, educação ambiental. Atualmente, ele tem sido lido, indistintamente, por liberais e marxistas, de modo que ambos apropriam-se de seu pensamento, empregam-no como referencial teórico e o interpretam de acordo com suas convicções teóricas (LIGUORI, 2007).

Ele iniciou a redação dos cadernos em 1929, com uma série de anotações assistemáticas sobre temas variados. Usou os termos ‘miscelâneas’ e ‘notas esparsas’ para denominar esse conjunto de textos, reforçando a ideia de uma descontinuidade textual. Essa descontinuidade tem sido apresentada como uma barreira a ser superada por aqueles que se propõem estudar o seu pensamento (BARATTA, 2004). Ao planejar o QC 8, redigido entre 1931 e 1932, reorganizou suas ideias e, a partir do QC 10, aproveitando as notas dispersas nos cadernos anteriores, sistematizou alguns textos, explorando temas previamente selecionados em uma análise contínua e aprofundada. Essa nova fase de elaboração dos cadernos permite a classificação entre anotações gerais, denominadas *miscelâneas* e cadernos especiais, nos quais Gramsci analisou de maneira sistemática os temas selecionados (GERRATANA, 2007a).

Nos cadernos especiais, Gramsci revisitou as *miscelâneas* e as agrupou, incorporado-as aos novos textos. Esse trabalho originou dois tipos de texto, que Gerratana (2007a) classificou como textos “A” e textos “C”. Os textos de tipo “A” são notas cujo tema ou conteúdo Gramsci incorporou no seu trabalho de organização dos cadernos especiais. O autor reelaborou os textos “A”, dando-lhes uma segunda redação, acrescentando novas análises e reorganizando seus argumentos. Essa nova redação, em muitos casos, é uma mescla entre textos “A” e textos inéditos, originando os textos do tipo “C”. Os textos que redigiu e permaneceram sem

alterações ou não foram incorporados nos textos “C” são classificados como textos “B” (GERRATANA, 2007a).

Para superar a fragmentação textual dos cadernos e tornar mais claro o processo de retomada e incorporação dos textos que Gramsci efetuou na elaboração dos cadernos especiais, Gerratana (2007a) propõe o emprego do método genético-evolutivo. Pela sua aplicação, objetivou a compreensão do arcabouço conceitual de Gramsci por meio da análise da gênese de suas ideias, isto é, a partir dos fatos que contextualizam as análises gramscianas. O segundo momento da proposta metodológica prevê a análise da evolução de suas ideias pela apreensão das ressignificações, atualizações e ampliações às quais Gramsci submeteu os conceitos preexistentes na literatura acadêmica (BARATTA, 2004), como, por exemplo, aqueles de Estado e hegemonia.

A gênese da crítica de Gramsci à organização escolar italiana

Quando iniciou a redação dos QC, Gramsci apresentou uma proposta de estudo composta por 16 itens elencados nas primeiras páginas do QC 1, redigido em 8 de fevereiro de 1929. Embora o termo ‘escola’ não apareça, temas análogos a ele, como cultura e formação dos grupos de intelectuais italianos, são apresentados. Entre o início da redação do QC 1 e o fim do ano de 1931, quando provavelmente Gramsci iniciou a redação do QC 8 (GERRATANA, 2007b), suas reflexões sobre a escola haviam se avolumado e ocupado diversas páginas dos cadernos, como é caso do QC 4.

A escola passou a ser um tema em evidência a partir de 1931, quando registrou um novo plano de estudos no início do QC 8. No plano, ele se propôs a investigar a escola e a educação italiana do período e explorar a concepção de escola única, a partir de seu significado na organização de toda a cultura nacional da Itália. Os argumentos foram desenvolvidos no QC 12, a partir da reformulação/reprodução de ideias anteriormente apresentadas no QC 4. Gramsci analisou e discutiu a organização da escola em suas relações com a organização do Estado e com três momentos

históricos que compõem os fatos que, no QC 12, contextualizam as suas análises sobre a organização escolar: o movimento de unificação e organização política da Itália, a consolidação da burguesia como classe hegemônica e a ascensão do fascismo ao poder político do Estado italiano (MANACORDA, 2008; NOSELLA, 2004).

O QC 12 é composto por três notas. A primeira é uma reelaboração de dois textos do QC 4: § 49, sobre *Os intelectuais*, e § 50, sobre *A escola unitária*, a partir dos quais Gramsci discutiu a origem histórica e a posição social dos intelectuais em relação à organização político-econômica do Estado, apresentando sua influência sobre a escola. Ele analisou como a organização econômico-capitalista privilegiou a escola profissional em detrimento da escola desinteressada de cunho humanista, valorizando o trabalho manual sobre as atividades intelectuais. A terceira nota do QC 12 complementa a discussão ao estabelecer a distinção entre trabalho intelectual e não intelectual. A base da análise foi o § 51, intitulado de *Braço e cérebro*, além do § 72, sobre *O novo intelectual*, ambos do QC 4.

Na segunda nota do QC 12, intitulada *Observações sobre a escola: para a investigação do princípio educativo*, Gramsci analisou os fundamentos e a função da escola italiana nas primeiras décadas do século XX. Essa nota incorporou as análises apresentadas no QC 4, § 55, intitulado de *O princípio educativo na escola elementar e média*. Na transposição das ideias de um caderno a outro, promoveu uma atualização dos argumentos e elaborou mudanças significativas na redação da nota. O § 55 do QC 4 contém, portanto, as primeiras análises sobre a organização da escola e do princípio educativo. Nele, Gramsci analisou a organização escolar a partir de uma visão geral, com uma abordagem pessoal e conjectural sobre o tema, avançando para a análise sobre a escola moderna. A referência à modernidade deve ser entendida a partir do contexto da modernização do Estado italiano, que, ocorrida durante o século XIX, foi denominada *Risorgimento*, movimento político que promoveu e representou a modernização tardia das instituições políticas sobre as quais se deu a unificação do Estado italiano, consolidada em 1861, bem como determinou a

passagem lenta e gradual da estrutura econômica italiana de agrária e atrasada para o modelo industrial capitalista (RIALL, 1997).

Gramsci utilizou o adjetivo ‘moderno’ na caracterização da escola italiana, tendo em vista que sua organização assimilava os princípios educativos característicos da modernidade, como aqueles propostos por Jean-Jacques Rousseau. Nos cadernos, defendeu a necessidade de analisar em profundidade os princípios que fundamentam a perspectiva moderna de educação. O § 123 do QC 1 é uma referência clara de sua preocupação em relação ao problema do princípio educativo que orientava a educação no período, como afirmou ao ponderar que na Itália as ideias pedagógicas não foram consideradas em sua origem, de modo que os avanços produzidos por elas foram solapados e em torno delas “[...] se formou uma espécie de igreja, que paralisou os estudos pedagógicos e deu lugar a curiosas involuções (nas doutrinas de Gentile e Lombardo-Radice) [...]” (QC 1, § 123, p. 114).

A análise de Gramsci dirigia-se à organização escolar decorrente da apropriação das teorias pedagógicas feitas pelos teóricos educacionais fascistas, como os idealistas Gentile e Lombardo-Radice, mentores da reforma educacional de 1922. Nela, demonstrou que a adoção de princípios educativos como o espontaneísmo servia apenas aos interesses do grupo hegemônico (ARNAUT DE TOLEDO; GOMES, 2011; HORTA, 2008). A origem de sua crítica foi a identificação de que o trabalho educativo desenvolvido nas escolas abandonava o estudante à sua própria sorte e, por meio de uma educação voltada para a preparação para o trabalho, o mantinha distante da formação escolar de cunho humanista, desinteressada e promotora de uma formação geral (ARNAUT DE TOLEDO; GOMES, 2011; MANACORDA, 2008; NOSELLA, 2004) como aquela disponibilizada aos filhos do grupo hegemônico.

Gramsci e a organização escolar italiana (1922-1932)

A organização escolar italiana, promovida pela reforma fascista, tinha objetivos políticos (MIGUEL, 2002) e controlava a formação cultural

dos italianos, minando o acesso dos subalternos aos níveis mais elevados de ensino. Sob o signo político de democrática, a reforma restaurava os privilégios culturais tradicionais da elite econômica e fazia a defesa de um modelo de sociedade fundado na divisão social do trabalho (CHARNITZKY, 1997). Em contrapartida, a ampliação da instrução elementar obrigatória até os 14 anos justificava o papel político e demagógico da reforma, que, no entanto, não adaptou a escola italiana às transformações e demandas políticas, sociais e econômicas do século XX (TOGNON, 1997).

A escola da reforma tinha uma utilidade prática na vida dos grupos subalternos, pois permitia sua entrada no mundo do trabalho. Mediante essa inserção, as classes subalternas não percebiam que a escola limitava o conhecimento de cultura geral e as impedia de ter acesso à universidade (CHARNITZKY, 1997; TOGNON, 1997). Com essas medidas, o fascismo minava a resistência política feita pelos partidos de esquerda, que perdiam seus militantes. À frente da reforma, estava a mão do Estado, que disciplinava a oferta educacional pela aplicação das leis, reduzindo o número de escolas e condicionando a abertura de novas instituições escolares ao crivo do Estado. O nível da instrução na escola foi rebaixado e a transição para a universidade passou a ser realizada por exame de maturidade, que exigia dos candidatos níveis de domínio cultural ou de habilitação técnica incompatíveis com aqueles ofertados nas escolas, de modo que o acesso dos grupos subalternos à universidade era comprometido (TOGNON, 1997).

No QC 4, § 53, em um texto “A”, Gramsci apresentou duas indicações significativas para pensar a organização escolar italiana, a partir das quais estabeleceu a função histórica das diferentes instituições educacionais que atuavam na Itália. Para ele, a “[...] a escola elementar e média é a escola popular, da pequena burguesia, dos estratos sociais que são inteiramente monopolizados educativamente [...]” (QC 4, § 53, p. 495). Ele entendia que, na reforma educacional fascista, a universidade era reservada ao grupo dirigente e que a reforma dificultava o acesso dos subalternos a ela. Afirmou que, por não irem à universidade, os subalternos não experimentavam a educação moderna em sua fase superior, que era histórico-crítica, ficando limitados a uma educação que, em sua essência,

era dogmática. “[...] A universidade é a escola da classe dirigente em sua essência e é o mecanismo pelo qual ela seleciona os elementos individuais das outras classes para incorporá-los ao pessoal sob seu comando, administrativo e dirigente [...]” (QC 4, § 53, p. 495).

Quando, no QC 6, § 179, em uma nota tipo “B” intitulada *Passado e presente, a escola profissional*, Gramsci apontou que em novembro de 1931 os deputados italianos discutiam sobre a educação profissional, o tema do § 53 do QC 4 foi explorado novamente. O autor reforçou a perspectiva de que a organização escolar italiana decorrente da reforma educacional fascista perpetuava o abismo cultural existente entre a classe dirigente e os grupos subalternos.

[...] nessa [discussão sobre a educação profissional] todos os elementos teóricos e práticos para o estudo do problema são aflorados de forma perspicaz e orgânica. Três tipos de escola: 1) profissional, 2) media técnica, 3) clássica. A primeira para os operários e camponeses, a segunda para os pequenos-burgueses e a terceira para a classe dirigente (QC 6, § 179, p. 825).

A crítica de Gramsci à escola moderna evidenciava que a reforma educacional fascista promovia uma organização escolar que ofertava aos grupos subalternos uma educação limitada à formação para o trabalho, modelo de educação que não interessava ao movimento comunista, porque privava os operários da formação filosófica, condição para operarem a crítica à concepção de mundo hegemônica e, conseqüentemente, ao Estado fascista.

No QC 4, § 55, em um texto “A”, Gramsci apresentou o problema, conjecturou e criticou os fundamentos da organização escolar italiana. Em sua análise, chamou atenção para a falsa ideia de democracia que a organização escolar fascista representava, uma vez que o modelo perpetuava as diferenças sociais.

Na escola moderna me parece que esta havendo um processo de progressiva degeneração: a escola de tipo profissional, isto é, preocupada com um interesse prático imediato, toma conta sobre a escola

‘formativa’ desinteressada no imediato. A coisa mais paradoxal deste tipo de escola se apresenta e apregoa como ‘democrática’, considerando que se destina especificamente a perpetuar as diferenças sociais. Como se explica esse paradoxo? [...] (QC 4, § 55, p. 501).

A redação do texto e a linguagem em tom pessoal, conjectural e interrogativo apontam para o fato de que Gramsci explorava a questão sem a preocupação com a forma do texto. Ao retomar e trabalhar o tema no QC 12, em dois textos “C”, a redação adquiriu um caráter formal e, da crítica geral à “escola moderna”, passou para uma leitura sobre a escola de seu tempo, contextualizada na Itália unificada, um Estado laico e liberal, no qual a hegemonia burguesa estava consolidada e o movimento proletário de revolução havia fracassado. No primeiro texto, ao discutir a formação dos intelectuais e o princípio da escola única, Gramsci criticou o modelo educacional do Estado italiano e esboçou a perspectiva de que pela escola o grupo dirigente determinava a posição social das novas gerações de subalternos, nos seguintes termos:

Atualmente, a tendência é a de abolir qualquer tipo de escola ‘desinteressada’ (não imediatamente interessada) e ‘formativa’, ou de conservar apenas um exemplar reduzido para uma pequena elite de senhores e mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados [...] (QC 12, § 1, p. 1531).

O § 1 do QC 12 é uma análise da influência da organização política e econômica sobre a escola italiana, fundamentada no desenvolvimento histórico do Estado e nas diferenças culturais e sociais italianas que se perpetuavam no século XX. Gramsci pensava sobre o papel da educação na conquista e manutenção da hegemonia de um grupo sobre os demais e, no QC 22, ao discutir o americanismo, demonstrou que o fascismo ofertou a educação aos proletários, com a convicção de que ela não tinha mais o caráter humanista e estava voltada a atender às demandas da

organização da produção capitalista. Tomar parte na “formação educacional” proporcionava a inserção do indivíduo na organização da produção e permitia sua participação na esfera econômica, sem, no entanto, possibilitar a produção de um pensamento genuíno e orgânico das suas necessidades como classe (MANACORDA, 2008; NOSELLA, 2004).

No § 2 do QC 12, Gramsci retomou a nota do QC 4 e apresentou a perspectiva materialista e dialética de sua análise ao discutir o atraso econômico, político e cultural vivenciado no sul da Itália. Apontando para a crise cultural e a crise na concepção de vida do homem vivenciadas na Itália, ao contrário da passagem do QC 4 em que levantou questionamentos sobre os fatos que circunscreviam a organização escolar italiana, determinou o predomínio da escola de tipo profissional sobre aquela de formação humana e indicou o engodo do ideal democrático que tal organização escolar representava. Deve-se considerar que, embora Gramsci tenha escrito suas considerações no cárcere, o fez após atuar como deputado pelo PCI, isto é, direta ou indiretamente, ele havia participado dos debates sobre a reforma educacional na Câmara dos Deputados e a conhecia com clareza para apontar seus limites.

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção de vida do homem, verifica-se um processo de progressiva degeneração: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda cristalizá-las em formas chinesas (QC 12, § 2, p. 1547).

Gramsci analisou a organização escolar de seu tempo porque estava comprometido com um projeto educacional, isto é, com a educação política dos proletários e, sobretudo, com a educação política das novas gerações. No início da redação do QC 12, § 2, apresentou a diferença entre os tipos de organização escolar que existiam na Itália nas primeiras décadas

do século XX. No início do século, a organização escolar diferenciava as escolas, que podiam ser profissionais, clássicas ou práticas, mas essa diferença não tinha o efeito de uma fratura entre os níveis de ensino. Na reforma fascista, a ruptura passou a ser entre os níveis escolares, causando uma descontinuidade que impedia o acesso dos grupos subalternos aos níveis mais elevados da educação (MANACORDA, 2008; NOSELLA, 2004).

Ele abordou a questão partindo da organização escolar anterior à reforma fascista. Defendia que a educação ofertada anteriormente era de melhor qualidade, porque se fundamentava em dois elementos que promoviam a educação das crianças: as noções de ciências naturais e as noções de direitos e deveres do cidadão (QC 12, § 2). Gramsci afirmava que essa organização escolar adquiria um caráter educativo ao introduzir as crianças na *societas rerum*, a sociedade das coisas, pelo estudo das noções científicas e pelo conhecimento das noções relativas aos deveres do cidadão, que lhe preparavam para a participação na vida estatal pela atuação na organização das sociedades política e civil (QC 12, § 2).

Ao discutir a organização escolar italiana e os princípios educativos que a orientavam, apresentou uma série de elementos teóricos que descreviam a atividade educativa. Desenvolvida na escola, a educação preparava o homem para conhecer e dominar as leis da natureza e modificar as leis civis com vistas ao desenvolvimento coletivo, de modo que a dominação da natureza fosse organizada e tornasse mais fácil a participação do homem na produção material da vida. Essa teorização vai de encontro à concepção de educação apresentada por Gramsci no QC 1, a partir da qual “[...] a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e de criar o homem ‘atual’ à sua época [...]” (QC 1, § 123, p. 114).

Gramsci enfatizou que a organização escolar promovida pela reforma educacional fascista criou uma ruptura entre os níveis de ensino e fomentou a proliferação das escolas profissionais, gerando uma falsa ideia de democratização da educação. Como alternativa ao modelo escolar praticado pelo Estado fascista, propôs a criação de uma escola única, de formação geral, que propiciaria a todos os cidadãos os elementos

necessários para galgar os mais altos graus da instrução e do ensino e, consequentemente, atuar em todas as esferas do Estado, na sociedade civil e na sociedade política.

[...] Se se quiser destruir esta trama, portanto, não se deve multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduz o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante esse meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (QC 12, § 2, p. 1547).

O princípio educativo valorizado na proposta de Gramsci é o trabalho, não aquele do modelo capitalista, mas o trabalho a partir do qual o homem participa ativamente na vida da natureza, com o objetivo de transformá-la e socializá-la. Para que tal proposta de escola logre o resultado almejado, discuti o papel da filosofia e de seu ensino a partir da sua oferta pela escola italiana organizada de acordo com os princípios da reforma fascista.

Com a terceira nota do QC 12, Gramsci concluiu sua reflexão sobre a organização escolar, defendendo que, independentemente de sua ocupação profissional, todo homem é um intelectual, um filósofo da práxis. A indissociabilidade entre *Homo faber* e *Homo sapiens* demonstrava que a reflexão filosófica era natural ao homem. O estreitamento entre a educação humanista e a educação técnica, ligada ao trabalho industrial, era considerado por ele o ponto de partida para uma formação fundamentada na inserção ativa do sujeito na vida prática, na superação da técnica-trabalho pela técnica-ciência e desta pela concepção humanista histórica a partir da qual o homem deixava de ser um especialista e se tornava um dirigente, nos dizeres de Gramsci, um especialista político.

Conclusão

As análises sobre a organização escolar apresentadas no QC 12 possuem dois momentos: no § 1, a análise da influência do cenário

histórico e dos intelectuais sobre a escola e, no § 2, a análise da influência da organização da escolar sobre a formação dos intelectuais e a construção da história.

A crítica gramsciana à reforma educacional fascista fundamenta-se na fratura entre os níveis educacionais e na valorização da formação profissional, que impedia o acesso dos subalternos à educação universitária e à formação intelectual para operar a crítica sobre a concepção de mundo hegemônica. Ao promover a crítica sobre a organização escolar italiana das décadas de 1920 e 1930, Gramsci propôs a organização de uma escola única, de formação humanista, fundamentada no trabalho como princípio educativo, para que, na prática cotidiana, os homens utilizassem sua capacidade intelectual na superação do senso comum e, pelo desenvolvimento da filosofia da práxis, da concepção de mundo hegemônica.

Referências

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; GOMES, J. M. A crítica de Antonio Gramsci ao princípio das reformas educacionais fascistas na Itália (1926-1937). In: SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, 18.; ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 6., 2011, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2011. 1 CD-ROM.

BARATTA, G. **As rosas e os cadernos**: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Trad. Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CHARNITZKY, J. Il dibattito critico sulla riforma Gentile in Italia e all'estero. In: SPADAFORA, G. (Org.). **Giovanni Gentile**: la pedagogia, la scuola. Roma: Armando Editore, 1997. p. 341-368.

GERRATANA, V. Prefazione. In: GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**: quaderni 1-5 (1929-1932). Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007a. v. 1. p. XI-XLII.

GERRATANA, V. Apparato critico. In: GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007b. v. 4. p. 2034-3370.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2007.

HORTA, J. S. B. A educação na Itália fascista: as Reformas Gentile (1922-1923). **História da Educação**, São Paulo, v. 12, n. 24. p. 179-223, jan./abr. 2008.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**: americanismo e conformismo. Trad. de Willian Laços. 2. ed. Campinas: Alínea, 2008.

MIGUEL, M. E. B. O pensamento pedagógico de Gramsci. **Diálogo Educacional**, v. 3, n. 7, p. 63-73, set./dez. 2002.

MORDENTI, R. "Quaderni dal carcere" di Antonio Gramsci. In: ROSA, A. A. (Org.). **Letteratura italiana**. Le opere. Torino: Einaudi, 1996. v. IV, livro II. p. 553-629. Disponível em: <<http://www.museocriminologico.it/documenti/classici.html>>. Acesso em: 4 abr. 2011.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2004.

RIALL, L. **Il risorgimento**: storia e interpretazioni. Roma: Donzelli, 1997.

TOGNON, G. La riforma scolastica del ministro Gentile (1922-1924). In: SPADAFORA, G. (Org.). **Giovanni Gentile**: la pedagogia, la scuola. Roma: Armando, 1997. p. 319-340.

Recebido: 05/11/2012

Received: 11/05/2012

Aprovado: 23/02/2013

Approved: 02/23/2013